



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Resultados positivos para Lula

A ação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Rio Grande do Sul tem dado resultados positivos, que acabam refletindo nas pesquisas, para desespero da extrema direita, que tem buscado motivos para criticar o governo, principalmente o ministro da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, jornalista Paulo Pimenta.

Estratégia acertada

As pesquisas mostram que acabou sendo um grande acerto a estratégia do governo de entrar com força no apoio ao Estado, quando surgiu a tragédia das enchentes que sensibilizou todo o País. As ações do Palácio do Planalto no Rio Grande do Sul foram sentidas pela população e refletiram numa reversão num campo, até então, hostil ao presidente Lula.

Nova realidade

No pleito de 2022, o presidente Lula perdeu a eleição nos três estados do Sul com uma margem significativa. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teve mais de 50% dos votos, e Lula, em torno de 40%. A pesquisa Datafolha divulgada na última semana revela, pela primeira vez, uma realidade de Lula com mais avaliação positiva do que negativa na região Sul: 36% de positivo e 31% de negativo, uma boa diferença.

Mudando quadro hostil

Na avaliação de analistas políticos em Brasília e alguns parlamentares, o resultado positivo da pesquisa foi fruto da ação intensa que o governo Lula vem desenvolvendo no Rio Grande do Sul, que também vem beneficiando a pré-candidata petista à prefeitura de Porto Alegre, deputada federal Maria do Rosário, que lidera as pesquisas eleitorais para a corrida ao Executivo municipal. Portanto, não só o presidente Lula, mas também o PT, começa a reverter um quadro hostil, onde a oposição da chamada extrema direita é muito forte.



Liberação de recursos

A presença do presidente (foto), com seus ministros no Estado, mais de uma vez, trabalhando juntamente com o governador Eduardo Leite (PSDB), na busca de soluções e liberação de recursos para reconstrução do Rio Grande do Sul, segundo parece, fez a diferença.

Leite fica sem resposta de Haddad sobre finanças do RS

Governador buscava recomposição de receitas e flexibilização fiscal

/ CLIMA

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O governador Eduardo Leite (PSDB) esteve em Brasília nesta ontem para uma série de reuniões para discutir as finanças do Rio Grande do Sul. Em uma delas, diante dos impactos gerados pela catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul, o chefe do Executivo buscou debater a recomposição de receitas e a flexibilização das regras fiscais com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e com o ministro extraordinário para a Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT).

“O que estamos pedindo é que se apure a cada bimestre o que se foi perdido de arrecadação frente ao mesmo bimestre do ano anterior, corrigido pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e que se faça um aporte da União até o fim da calamidade”, explicou em coletiva de imprensa dada após o encontro com Haddad.

Apesar de a perda de arrecadação preocupar o governador, ele acrescenta que o Estado ainda tem uma verba extraordinária oriunda da privatização de empresas estatais. Entretanto, Leite considera que o montante foi viabilizado “para virar investimentos no Estado, para alavancar o nosso desenvolvimento e não para servir simplesmente como cobertura de perda de arrecadação”.

Antes mesmo da reunião, o governador já afirmava que Haddad “tem tido sempre uma postura de diálogo importante” e “ouvido atentamente” as de-



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Ministro Fernando Haddad solicitou à equipe técnica que faça estudo

mandas trazidas pelos gaúchos. Após o encontro, ele disse que “o ministro manifesta sua preocupação comum com a nossa em relação a esse tema. Vejo sensibilidade e disposição de avançar, mas ainda não temos uma resposta objetiva”.

Ao **Jornal do Comércio**, Leite havia considerado esse tema um “ponto crítico” para os cofres estaduais. Pouco antes da reunião, já em Brasília, ele reafirmou novamente esse posicionamento. Citando a marcha dos prefeitos agendada para julho e que busca resolver a perda de arrecadação, o governador disse que “recompôr essas receitas, como a União fez na pandemia para os entes subnacionais, é essencial, é urgente para o Estado do Rio Grande do Sul para a prestação de serviços”.

Em apresentação sobre o Plano Rio Grande realizada na última segunda-feira (24) na Assembleia Legislativa, o governador já havia antecipado outro aspecto abordado durante a conversa com Haddad. Na ocasião, criticou as regras fiscais

do Estado, que incluem no teto de gastos aqueles investimentos voltados às enchentes que não se enquadram propriamente como obras de reconstrução. Como exemplos disso, Leite citou novos diques de proteção e a construção de estradas alternativas àquelas afetadas durante as inundações.

“São várias amarras do ponto de vista de legislação, de estrutura fiscal, que limitam os movimentos aqui do Estado. Como por exemplo as ressalvas do Regime de Recuperação Fiscal que precisam ser ampliadas para permitir a execução das diversas despesas que nós temos que fazer em relação à calamidade”, reclamou aos deputados estaduais.

Após a reunião, afirmou que “o ministro (Haddad) entendeu, solicitou à sua equipe técnica que faça a interpretação que melhor ajude o Rio Grande do Sul e parece estar, como o governo federal apresentou até aqui, muito disposto a ajudar, mas é muito importante que essas ajudas venham com celeridade”.

PF faz buscas e mira invasores dos arquivos do TSE

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF) cumpriu mandados de busca e apreensão na manhã desta terça-feira no rastro de invasores do sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) através do aplicativo e-Título.

Segundo a corporação, os investigados usaram o App para

fazerem inscrições eleitorais em nome de pessoas públicas.

A corte eleitoral identificou 158 registros de irregularidades, desde a emissão de título de eleitor até a inscrição das vítimas como mesário voluntário para as eleições.

Agentes da Operação Eleitor Protegido cumpriram seis ordens de busca e apreensão em

Belo Horizonte, São Paulo, São Miguel do Gostoso (RN) e Maracanã (CE).

Os investigados podem responder pelo crime de invasão de dispositivo informático, segundo a Polícia Federal.

A apuração busca esclarecer a “motivação e o objetivo” dos investigados com a invasão do aplicativo do TSE.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323